



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Sessão Livre:

**MORADIA EM ÁREAS CENTRAIS BRASILEIRAS: CAMINHOS
PARA UMA POLÍTICA NACIONAL**

Profa. Dra. Beatriz Kara José

Professora no Bacharelado de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Senac.
Pesquisadora do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP -
Grupo de Pesquisa Observatório do Direito ao Centro

Benedito Roberto Barbosa – Dito

Doutorando em Planejamento de Gestão do Território - PGT pela Universidade
Federal do ABC. Advogado do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e da União
dos Movimentos de Moradia de São Paulo. Coordenador da Central de Movimentos
Populares da Capital de São Paulo.

Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Junior

Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Pesquisador do Observatório das Metrôpoles

Profa. Dra. Laila Nazem Mourad

Professora e extensionista do Programa de Pós-graduação em Território, Ambiente e
Sociedade da Universidade Católica de Salvador
Grupo de Pesquisa Territórios em Resistência do PPTAS/UCSAL

Profa. Dra. Letizia Vitale

Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Paulista
Pesquisadora do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP -
Grupo de Pesquisa Observatório do Direito ao Centro

RESUMO GERAL

O propósito desta sessão livre é apresentar os resultados e dar continuidade ao debate iniciado no Seminário *Moradia Popular e políticas públicas no centro de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo*, realizado em maio de 2022, organizado pelo Labhab, UFBA e UFRJ.

O objetivo do referido Seminário, além de conhecer melhor as principais questões das centralidades tradicionais das cidades de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo na atualidade, foi avaliar os resultados de programas públicos e de iniciativas dos movimentos populares nas últimas décadas, e construir propostas para que os poderes públicos desenvolvam políticas JUSTAS e EFICAZES para os centros urbanos.

As áreas centrais tradicionais apresentam características urbanísticas e funcionais específicas, podendo apresentar, a depender de cada cidade, alta densidade construtiva e verticalização acentuada; perímetros patrimonializados e de baixo gabarito; edifícios de alto valor arquitetônico e cultural; uso misto das edificações, com forte incidência de comércio e serviços populares; atividades portuárias e funções correlatas; forte incidência de prédios vazios.

Nelas ocorre uma oferta importante de transportes públicos e de serviços e comércio, gerando grande circulação de trabalhadores e usuários, conformando centralidades populares, embora não apenas.

Devido às mudanças recorrentes das lógicas de centralidade em nossas cidades, que resultaram no deslocamento de várias funções administrativas para outros pontos da cidade, ocasionaram a vacância de muitos edifícios, instalações industriais e terrenos vazios pertencentes ao poder público e a empresas públicas, ativas ou não.

Nesses centros, o acesso dos mais pobres à moradia se dá, geralmente, pelo pagamento de aluguéis em cômodos precários de cortiços e ocupações de prédios e edificações de diversos tipos, que ocorrem de forma coletiva ou individual; em alguns casos, existem mesmo comunidades faveladas ou ocupações precarizadas mais recentes.

Algumas dessas áreas centrais abrigam populações negras e tradicionais que permanecem há séculos, ocupando edificações, mantendo atividades, serviços e manifestações culturais importantes, como é o caso, especialmente, de Salvador e do Rio de Janeiro; políticas explícitas ou veladas de apagamento da cultura negra têm sido recorrentemente implementadas.

No caso de São Paulo, a ocupação da área central antiga mostra os traços das sucessivas correntes de imigrantes que desenvolveram atividades comerciais e industriais (judeus, italianos, coreanos), sendo que os novos imigrantes são pessoas muito pobres, expulsas pela miséria, por desastres ou conflitos em outros países (sul-americanos, haitianos, africanos) que só encontram trabalho em empregos precários ou permanecem desempregadas e sem domicílios fixos nem assistência social.

Essas centralidades são também constituídas por trabalhadores de rua, através de muitas expressões de trabalho informal adaptadas a essas características urbanas e sociais, como o comércio ambulante (camelôs), a coleta seletiva, a prostituição, etc. Esse contexto urbano é também, em maior ou menor grau, altamente propício ao tráfico de estupefacientes, que vem atraindo jovens para trabalhar junto a grupos criminosos, na falta de outras alternativas.

As áreas centrais se apresentam hoje como novas oportunidades para investimentos imobiliários voltados a faixas de renda média e alta, favorecidos por políticas públicas permissivas . As três metrópoles enfocadas no seminário *Moradia Popular e políticas públicas no centro de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo*, vêm sendo objeto de políticas públicas envolvendo estímulos e investimentos federais, estaduais e municipais. Para além de realizações físicas, essas políticas desenvolveram projetos que não consideraram as reais necessidades dos territórios e dos moradores, mas priorizaram objetivos de atrair novos tipos de moradores e frequentadores, favorecendo a ideia de valorizar o estoque imobiliário dessas regiões. Esses investimentos são fatores de encarecimento dos valores de aluguel, dos pontos comerciais, gerando novos conflitos pelo espaço e novas formas de exclusão social, efeitos perversos que se acentuaram no contexto da pandemia. Como consequência da falta de políticas sociais e da crise trazida pela epidemia de Covid, inclusive o crescimento dos despejos, o aumento das pessoas em situação de rua é assustador e desumano.

Por outro lado, em cada uma dessas cidades tem havido ao longo das últimas décadas, uma importante mobilização de movimentos populares, cuja organização evoluiu muito, apresentando caminhos viáveis em relação à produção de novas unidades habitacionais, de reaproveitamento do patrimônio existente, e outros aspectos relacionados à preservação da cultura e da

memória. A atuação de pesquisadores das universidades e ONGS engajadas nas lutas pelo direito ao Centro tem sido muito importante.

Cabe ao poder público enfrentar esse conjunto de questões. São necessárias ações URGENTES e SUSTENTÁVEIS!

Neste sentido, do conjunto de informações e reflexões resultantes do seminário, foi produzido um documento de propostas para elaboração de uma política específica para áreas centrais de grandes cidades brasileiras, que tenha como norte a redução das desigualdades sócio-espaciais, o respeito aos moradores e trabalhadores do centro; a produção e melhoria das moradias populares e das condições de trabalho; manutenção de um espaço democrático para manifestações culturais e de diversidade social, preservação e valorização da memória cultural e formas de apropriação dos espaços, etc... O propósito desta sessão livre é dar continuidade ao debate e elaboração de possíveis caminhos para as áreas centrais.

Importante lembrar que tal reflexão se faz no contexto de grave crise econômica, de desmanche de políticas sociais e efeitos da epidemia Covid que agravaram as condições de vida, especialmente dos mais pobres. Por outro lado, sua continuidade neste momento ocorre num contexto de esperança em mudanças positivas nas políticas federais.

Abaixo apresentamos o formato da sessão e seus participantes.

PROPOSTAS PARA UMA POLÍTICA FEDERAL PARA ÁREAS CENTRAIS TRADICIONAIS DE GRANDES CIDADES

Profa. Dra. Beatriz Kara José

Professora no Bacharelado de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Senac

Pesquisadora do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP - Grupo de Pesquisa Observatório do Direito ao Centro

Apresentação do documento **PROPOSTAS PARA UMA POLÍTICA FEDERAL PARA ÁREAS CENTRAIS TRADICIONAIS DE GRANDES CIDADES**, originado do Seminário Moradia Popular e Políticas Públicas no Centro de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, realizado em maio de 2022, de forma on-line, sob a coordenação de Helena Menna Barreto Silva. Estas propostas são baseadas nas trocas ocorridas no seminário que teve participação de representantes de universidades, laboratórios de pesquisas, movimentos sociais, promotores públicos, atuantes nas áreas centrais das três cidades. Sua redação foi realizada em conjunto por integrantes da comissão organizadora do seminário (LABHAB FAUUSP; PPGAU/FAUFBA; ETERN/IPPUR/UFRJ).

REGIÕES CENTRAIS PARA QUEM? PELO DIREITO DE MORAR E TRABALHAR NAS ÁREAS CENTRAIS!

Benedito Roberto Barbosa – Dito

Doutorando em Planejamento de Gestão do Território - PGT pela Universidade Federal do ABC. Advogado do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. Coordenador da Central de Movimentos Populares da Capital de São Paulo.

Um dos componentes que permeia a crise e o déficit habitacional das cidades brasileiras, que atinge em especial as regiões metropolitanas está associado ao histórico processo de esvaziamento e abandono dos centros urbanos deixando um rastro de imóveis vazios e degradados ou quando da retomada destes espaços por projetos excludentes em geral, sob a lógica da privatização dos territórios e da especulação imobiliária, encarecendo o espaço de morar e

umentando ainda, a expulsão dos pobres das regiões com melhor infraestrutura nas cidades.

Para reverter esta lógica da exclusão, de forma organizada, nestes últimos 30 anos, entidades, universidades e movimentos sem teto, têm lutado para que centro das cidades sejam um espaço multiverso, antilgbtfóbico e antirracista, com pluralidade de atores sociais trabalhando a partir de dinâmicas solidárias e inclusivas.

Estas ações pontuais ou articuladas, locais, regionais ou nacionais, têm sido fundamentais para seguirmos avançando numa agenda que fortaleça a luta contra a especulação imobiliária, que defenda as ocupações dos prédios vazios e a resistência contra os despejos, que nos ajude no enfrentamento das medidas públicas ou privadas que impliquem violência que reforcem as narrativas neoliberais sobre o espaço urbano, É fundamental seguimos também atuando na defesa dos excluídos como: a população em situação de rua, os trabalhadores ambulantes e na articulação permanente com os movimentos populares na defesa do direito à moradia nas áreas centrais.

MORAR, TRABALHAR E VIVER NO CENTRO: REFLEXÕES A PARTIR DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.

Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Junior
Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Pesquisador do Observatório das Metrôpoles

A proposta é abordar o processo de renovação urbana no centro da cidade do Rio de Janeiro, que tem como características a privatização, elitização e embranquecimento de determinadas porções do território, acompanhadas da intensificação das políticas de controle urbano. Sendo a área central uma região historicamente ocupada pelas classes populares, este processo vem tendo impactos profundos sobre a população que depende do centro para sua própria reprodução social. A ideia é traçar um panorama dos programas e políticas promovidas pelo poder público – em especial os projetos Porto Maravilha e o Reviver Centro - e discutir as contradições, contestações e os ativismos pelo direito de morar, trabalhar e viver no centro. Entre estas

contestações destacam-se as formas de moradia popular, como os cortiços e ocupações de prédios vazios, e a persistência dos camelôs nas ruas do centro. A heterogeneidade é um traço marcante dos centros urbanos: diversidade de agentes, culturas e formas de apropriação. Heterogeneidade que desmancha as fronteiras do legal e ilegal, lícito e ilícito, formal e informal. Processos de territorialização e desterritorialização, acumulação por despossessão, e distintas possibilidades de apropriação do espaço são chaves para entender as possibilidades e limites das lutas pelo direito à cidade neste território.

CENTRALIDADE URBANO-PATRIMONIAL E VAZIOS CONSTRUÍDOS: DESENCAIXES E DISPUTAS

Profa. Dra. Laila Nazem Mourad

Professora e extensionista do Programa de Pós-graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica de Salvador

Grupo de Pesquisa Territórios em Resistência do PPTAS/UCSAL

Algumas perguntas que nos congregam enquanto cidades ou metrópoles: * como relacionar e necessariamente pensar de forma conjunta centralidades, patrimônio, acelerada periferização e dispersão urbana? * a quem interessa hoje um centro plural, antirracista e democrático, que combine as diferentes atividades com moradia e, de modo substantivo, com moradia popular? * quais os sujeitos sociais que carregam essas bandeiras, numa conjuntura em que sofremos cada vez mais violência de polarizações público-corporativas na condução do interesse comum e no seu correspondente analfabetismo urbanístico e indigência de urbanidade? Com base nestas perguntas, examinaremos o processo histórico de crise de centralidade em Salvador e seus impactos sobre a moradia popular no Centro, assim como, os processos de acumulação por despossessão vinculados aos investimentos públicos e privados no Centro de Salvador e os conflitos decorrentes destes processos, com foco na luta antirracista travada pelos movimentos e comunidades do Centro Antigo de Salvador pelos direitos à segurança de posse e à centralidade.

CONFLITOS NA ÁREA CENTRAL DE SÃO PAULO: QUAIS AS POSSIBILIDADES DE TRANSFORMAÇÃO DEMOCRÁTICA?

Profa. Dra. Letizia Vitale

Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Paulista

Pesquisadora do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP- Grupo de Pesquisa Observatório do Direito ao Centro

A apresentação terá como objetivo destacar aspectos específicos do contexto urbano da área central de São Paulo de modo a apontar diretrizes de políticas públicas habitacionais que possam complementar as discussões resultantes do seminário nacional sobre Moradia.

Nos últimos anos assistimos ao enfraquecimento do papel do Estado, entregue à lógica de acumulação do capital em todas as esferas, e ao esvaziamento dos canais de participação. Nas áreas centrais se materializam a disputa pelo espaço e ausência de programas de moradia que efetivamente priorizem o atendimento habitacional das famílias que habitam e trabalham no centro.

Considera-se relevante na atual conjuntura frisar a importância de articulação entre as reivindicações e pautas locais de São Paulo com o desenho das políticas federais focadas nas áreas centrais. Nesta perspectiva, os desenhos dos programas locais devem ser respaldados por linhas de financiamentos e diretrizes federais e operados pelos agentes presentes no centro da metrópole de São Paulo.

Movimentos de moradia, assessorias técnicas e universidades (por meio de pesquisa e extensão) devem ser reconhecidos como recursos que potencializam as políticas públicas na defesa do bem comum, que a cidade representa, e não como braço de atuação do mercado imobiliário. Levantamos aqui, algumas questões e dilemas que auxiliem na discussão sobre formas de enfrentar desafios identificados:

É possível efetivamente restringir a atuação do mercado nas áreas centrais? Como limitar a flexibilização de instrumentos urbanísticos que atualmente são utilizados redesenhar um “novo” centro elitizado para outra população que não aquela que já mora e trabalha no centro?

Como potencializar a forte rede de resistências das ocupações dos movimentos de moradia no centro na defesa da função social da propriedade?